

**CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DO ESTADO DE
MINAS GERAIS - 2008**

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Examinador: Desembargador Antônio Armando dos Anjos

ORIENTAÇÕES:

- 1) Aborde cada questão, em seus principais aspectos, de forma breve e objetiva.
- 2) O candidato não deverá fazer a transcrição de artigos de lei, bastando a respectiva menção.
- 3) As respostas serão apreciadas quanto à correção e adequação da linguagem, clareza, objetividade, conteúdo, forma de exposição e, principalmente, quanto à fundamentação e conclusão jurídica, não devendo ser por demais extensas - no máximo 20 (VINTE) linhas por questão.
- 4) Cada página deverá conter apenas uma questão.
- 5) Importante ressaltar que não é a extensão de um comentário que implicará uma melhor avaliação, mas sim o conteúdo e a forma da exposição.

QUESTÃO 01

Quais os requisitos, segundo a doutrina majoritária, para a decretação da quebra de sigilo bancário em feito criminal? (20 pontos)

QUESTÃO 02

Discorra, sucintamente, sobre os princípios informadores da:

- a) Ação penal pública incondicionada; (10,00 pontos)
- b) Ação penal privada. (10,00 pontos)

QUESTÃO 03

José Leôncio da Silva passou o Carnaval de 2007 na cidade de Santo Antônio das Goiabas. Como tantos outros jovens de sua idade, fez uso de substância entorpecente (maconha), sendo preso em flagrante delito na posse de três cigarros de maconha.

Concluído o Inquérito Policial, o Delegado de Polícia, no quinto dia após a prisão, indiciou José Leôncio pela prática do crime contido no art. 33 da Lei Federal n. 11.343, de 23 de agosto de 2006.

A defesa ajuizou pedido de Liberdade Provisória, alegando que José Leôncio é auxiliar de enfermagem durante o dia, aluno da faculdade de Educação Física no período noturno, e que nunca foi preso, processado ou condenado em processos criminais anteriormente, dados esses devidamente comprovados nos autos.

Instado a se manifestar, o IRMP opinou contrariamente ao pedido, sustentando a impossibilidade de deferimento frente ao art. 44 da Lei Federal n. 11.343, de 2006.

À luz das normas vigentes, notadamente as constitucionais, como você decidiria o Pedido de Liberdade Provisória? (20 pontos)

QUESTÃO 04

Quais são os princípios que orientam as nulidades no processo penal? Discorra e aponte os dispositivos legais que os consagram em nosso ordenamento jurídico. (20 pontos)

QUESTÃO 05

João dos Anzóis, condenado em definitivo e atualmente cumprindo sua reprimenda na APAC, teve pelo Juízo das Execuções 105 dias de sua pena remida, em face do trabalho desenvolvido na Padaria da unidade prisional, tudo na conformidade do art. 126 da Lei Federal n. 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal).

Entretanto, passadas duas semanas da remição, foi flagrado na posse de um aparelho celular, fato esse confessado pelo executado em procedimento disciplinar próprio, com observância do princípio da ampla defesa e do contraditório.

Atento ao contido no art. 58 da Lei Federal n. 7.210, de 1984, decida a questão apontando as consequências do ato de João dos Anzóis. (20 pontos)

BOA SORTE!!!